

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	18. OUT. 1974
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

IMIGRANTES NA ALEMANHA FEDERAL

**O NOVO
ABONO
DE FAMÍLIA
«CRIANÇAS MAIS BARATAS»**



A partir do dia 1 de Janeiro de 1975 entra em vigor na República Federal da Alemanha um novo direito de abono de família. Este é válido para alemães e operários estrangeiros.

A propósito, a Imprensa daquele país tem-se manifestado de várias formas acerca da nova regulamentação. Como o caso diz, também, respeito aos portugueses que trabalham na República Federal, reproduzimos, com a devida vénia, o que sobre o assunto publicou a conhecida revista «Der Spiegel» no seu número 41, de 7 de corrente:

«Com o plano de diminuir o abono familiar para as crianças dos operários estrangeiros que ficaram na pátria, o Governo de Bona encontra uma forte resistência da Turquia e da Igreja Católica.

A custa dessas crianças, o ministro do Trabalho, Sr. Va ter Arendt, quer contribuir para o programa do saneamento da economia nacional do seu colega do Ministério das Finanças, sr. Hans Apel.

Trata-se, aproximadamente, de mil milhões de marcos que, segundo a nova lei do abono familiar a entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro, o ministro das Finanças haveria de pagar também aos filhos dos operários estrangeiros que não vivem na Alemanha, mas que continuam no país de origem. No entanto, de acordo com uma decisão do Governo e do Parlamento, e no intuito de aliviar as dívidas do orçamento nacional, o ministro Arendt resolveu diminuir o abono aqueles operários, cujos filhos não se encontram na Alemanha. Em vez de pagar o mesmo que se dá às crianças que vivem com os pais — a saber: 50 marcos para o primeiro filho, 70 para o segundo, e 120 para cada outro filho — o Governo pretende apenas garantir-lhes os «direitos» que ainda datam do tempo antes da reforma dos impostos.

Para justificar tal medida de poupança, os funcionários do Ministério do Trabalho gostam de apontar para o exemplo — fictício — de um agricultor do planalto anatólico da Turquia, que hoje se encontra na Alemanha, e que deixou os cinco filhos em casa: este, a partir do dia 1 de Janeiro, receberia 480 marcos mensais para os seus filhos. Sete vezes mais do que ele poderia ganhar, se trabalhasse na Turquia. Para impedir que tal aconteça, ao Governo qualquer argumento parece servir: o Ministério alemão do Trabalho teme provocar «discórdias sociais» na Anatólia. O perito de impostos do Partido Social Democrático (SPD), Rainer Offergeld, julga que é inconveniente que «lá em baixo uma aldeia inteira viva do abono familiar alemão de um só turco. O sr. Hermann Ernst até já vive angustiado com a visão «terrível» que o nosso turco «cada Natal vá a casa, para gerar mais um filho».

Com tais pretextos, o Governo de Bona anulou os acordos de abono familiar com a Espanha, a Jugoslávia, a Grécia, a Turquia e com Portugal. Em compensação, o Governo Federal ofereceu uma oferta «amistosa», que considera generosa: 10 marcos para o primeiro filho, 25 para o segundo, 60 para o terceiro e 70 para cada um dos outros filhos.

Esta oferta, considerada «justa» pela ministra dos Assuntos Familiares, a sr. Katharina Focke, tem um ponto fraco: coloca os trabalhadores estrangei-

ros numa situação pior do que antes e contradiz, assim, a decisão do Parlamento de defender «os direitos alcançados». Devido à abolição das vantagens fiscais até agora em vigor, para as famílias com crianças, os operários estrangeiros em questão devem, de futuro, contar com uma perda anual que, por exemplo, para um filho, chega a 108 marcos, e para quatro filhos a 990 marcos, partindo-se para este cálculo de um rendimento anual de 15 000 marcos sujeitos a impostos. A perda ainda é maior comparando-os com os seus colegas alemães ou com os compatriotas que trouxeram os filhos para a Alemanha. Pois o lucro anual destes últimos, em comparação com os tempos anteriores, a partir de 1975, chega a 372 marcos, tendo um filho, e a 1350 marcos para quatro filhos.

A Espanha e a Grécia engoliram a discriminação sem discussão. Mas a Jugoslávia, princípio «exigiu igual salário para igual trabalho» (conselhado ra Embaixada da Jugoslávia), mas, afinal, concordou quando a República Alemã ameaçou com a possibilidade de não prolongar mais todo o acordo social em vigor. A consequência teria sido um bloqueio de todos os serviços de pensões, de doenças e de seguros para os jugoslavos. Belgrado assinou o acordo. Também Portugal retirou o seu protesto. A Turquia, país onde vivem pelos menos 500 000 crianças de operários no estrangeiro com um direito a 600 milhões de marcos, elaborou uma nova estratégia para a discussão acerca do abono. Uma vez que «o apelo à norma moral da igualdade», feito pela Jugoslávia, não tem impressionado o Governo Federal, Ancara ameaça mandar todas estas crianças para a Alemanha, onde Bona então deverá proporcionar-lhes número suficiente de jardins de infância, de habitações e de escolas.

O sr. Ernst, enviado do Ministério do Trabalho para negociar este acordo, está bastante optimista, embora saiba que na Anatólia, devido à falta de novos lugares de emprego «a tendência para emigrar se torna sempre mais premente».

Espera que, graças à habilidade diplomática alemã as negociações resultem naquilo que nós imaginamos».

Mas talvez não: pois os operários estrangeiros encontram um aliado poderoso — a Igreja Católica. Esta qualificou os planos de Bona de «extorsão nacional» e o bispo Helmut Wiltler, de Osnabrück, responsável oficial pelos operários estrangeiros, um homem que toma a sério os deveres sociais da sua Igreja — protestou telegraficamente junto do chanceler alemão.

Além disto, o advogado dos bispos, Hernert Becher, pretende ir além dos protestos: logo que os parlamentos de Bona e dos países estrangeiros em questão tiverem ratificado «os tratados de extorsão» (Becher), apresentará a questão ao Supremo Tribunal Federal Constitucional.

E mais ainda: o propósito do Governo contradiz, também, as teses que o próprio ministro Arendt inscreveu nas novas directrizes da presidência do partido SPD, ainda não publicadas

e que soam desta maneira: «Política Social do partido SPD significa também que os estrangeiros sejam protegidos de discriminações.»